

PUBLICIDADE LEGAL

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04.002/2022 – SEI Nº 7010.2021/0007109-3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA IP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa LIVITECH DA BAHIA INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A, contra a r.décisão do Sr. Pregoeiro que a inabilitou para os itens 1, 3 e 5 do Pregão Eletrônico acima citado, por descumprimento do item 8.5.2 do edital (entrega do balanço patrimonial), bem como, contra a decisão que habilitou a empresa PLANTEC para os itens 1 e 3, por entender que esta não atendeu aos requisitos técnicos exigidos no edital. A recorrente alega, em apertada síntese, que entregou documento que comprova sua capacidade econômico-financeira e que a empresa habilitada para o item 1 e 3 não comprovou, através dos atestados de capacidade técnicas apresentados as exigências do Termo de Referência. Em suas contrarrazões a empresa PLANTEC informa que todos os produtos ofertados atendem integralmente ao objeto licitado e que a Recorrida declara que estes atendem integralmente ao Edital. Por sua vez, a empresa PHONOWAY, habilitada para o item 5 informa que “a falta de apresentação de documento obrigatório na fase de habilitação NÃO consiste em mero erro formal, passível de correção, de modo que a pretensão da LIVITECH não apenas não possui respaldo legal como de fato é CONTRÁRIA à legislação que rege a matéria”. É a síntese do necessário. Inicialmente é importante relembrar que a licitação é “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados”. Para desenvolver tal mister é necessária a observância de diversos princípios, dentre eles o da vinculação ao instrumento convocatório. Tal princípio possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Segundo o princípio destacado, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos. Portanto, é dever desta Administração, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinhar-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública elucidados no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e na Lei Federal nº 13.303/16, zelando pelo cumprimento das regras estabelecidas no instrumento convocatório. Como bem pontua a recorrente, “a licitação, objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia”. Por isso, habilitar uma empresa que não apresentou os documentos exigidos no edital, configura afronta ao princípio citado, dando tratamento diferenciado a quem descumpriu o Edital, em detrimento das demais licitantes que apresentaram toda a documentação exigida. Assim, para que fosse possível a seleção de uma empresa com aptidões, não somente técnicas, mas também financeiras para execução do contrato, fixou-se no edital, obedecendo os preceitos estabelecidos no Regulamento de Licitações e Contratos da PRODAM-SP, requisitos de habilitação que permitem verificar a qualificação econômico-financeira da licitante. O item 8.5.2 estabelece que compete ao licitante, para fins de verificação da capacidade econômico-financeira, apresentar “Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por Balançetes ou Balanços Provisórios, exigindo-se, nos casos de sociedade comercial e civil, o Termo de Abertura e Encerramento”. O balanço patrimonial exigível na forma da lei compreende o balanço patrimonial do último exercício social assinado por contador e representante legal da empresa, devidamente acompanhado do Termo de Abertura e do Termo de Encerramento do Livro Diário. O edital ainda estabelece que para “as empresas obrigadas a escrituração por meio do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPED, conforme IN RFB nº 1774, de 22/12/2017, deverão apresentar os seguintes impressos do arquivo SPED Contábil: a) Termo de Abertura e Encerramento; b) Balanço Patrimonial; c) Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE); d) Recibo de Entrega do Livro Digital”. No que diz respeito a exigência do item 8.5.2, IV do edital, a obrigatoriedade decorre do disposto na Lei Federal nº 6.404/76, inclusive para as sociedades anônimas de capital fechado (artigo 133, §4º). O documento apresentado pela licitante foi elaborado por uma auditoria particular independente por ela contratada para auditar sua empresa, ou seja, um documento não segue os preceitos legais para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante. Deixar de apresentar um documento exigido no Edital, no caso a comprovação de capacitação econômico-financeira, configura desobediência ao instrumento convocatório e, consequentemente, a inabilitação do licitante. É fundamental que a parte formal (documentação) do processo licitatório seja atendida, sob pena de, ao habilitar um licitante que não exibiu os documentos exigidos, criar tratamento desigual entre os licitantes, infringindo princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório (RHS Licitações licitacao.com.br). Cabe reforçar que o ônus da apresentação dos documentos exigidos no Edital cabe aos licitantes, sob pena de desclassificação de sua proposta. No tocante a alegação de ausência de diligência, vale esclarecer que esta se presta “esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”. Ou seja, se há um erro formal ou omissão no documento de habilitação encaminhado, há o poder-dever do Pregoeiro em realizar a diligência. No entanto, o documento sequer foi apresentado pela licitante. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello a finalidade das diligências “reside em dissipar dúvida razoável suscitada pela informação ou documento anteriores, no que estão, pois, embutidas as seguintes ideias: a) o documento ou informação já devem constar do processo, se demandados pelo edital; b) o teor do documento ou informação é propiciatório de mais de uma interpretação - e não, pois apenas de uma interpretação”. (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006. p. 554.). “Nessa feita, por exemplo, se os documentos de habilitação técnica foram juntados, mas há dúvida sobre o seu conteúdo, a diligência pode admitir a juntada de novo documento. Contudo, caso a empresa não tenha juntado os respectivos documentos, não cabe diligência para tal finalidade. Ao menos, foi essa a regra estabelecida pelo legislador”. (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações públicas comentadas. 12 ed. São Paulo: lusPodium, 2021. P. 345.). Ainda, a recorrente alega que a empresa habilitada não comprovou a qualificação técnica exigida no edital, pois “o documento que comprova a capacidade no fornecimento dos equipamentos destes itens citados, é omissa no que diz respeito às características individuais destes itens”. Ainda, alega que “(,) o Atestado apresentado pela RECORRIDA PLANTEC DISTRIBUIDORA não é claro sobre qual tipo de equipamento foi fornecido”. Como é sabido, o entendimento é que qualquer atestado de capacidade técnica, para qualquer produto ou serviço, seja similar ao tipo de objeto e não com as características técnicas exigidas neste Termo de Referência em específico. Assim solicitamos que os licitantes demonstrassem o fornecimento de equipamentos do mesmo tipo, no caso telefone IP, e não consultamos, em nenhum caso deste prego, se o equipamento ainda é comercializado ou se tem documentação vigente na internet, pois o único interesse é verificar se o licitante demonstrou capacidade de fornecimento de um equipamento similar em até 30% da quantidade solicitada nesta licitação. Portanto, a capacidade técnica das empresas foi avaliada a partir de critérios objetivamente definidos no edital, sendo considerado nos atestados a similaridade do objeto descrito no atestado com aquele almejado por esta Ente. Ainda que a recorrente rogue pela observância do princípio administrativo do formalismo moderado, a situação ora apresentada ofende o tal princípio, pois entender que a não apresentação de um documento habilitatório, exigido com amparo legal, é mero formalismo, desprestigia o princípio da isonomia, dando tratamento diferenciado a quem descumpriu o Edital, em detrimento das demais licitantes que apresentaram toda a documentação exigida. Ressalta-se que nesse caso não coube a realização diligência, pois resultaria na inserção de documento que a licitante deixou de apresentar em momento oportuno, em desprestígio as demais licitantes que apresentaram os documentos de acordo com a exigência do edital.

CONCLUSÃO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela empresa LIVITECH DA BAHIA INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A, por ser tempestivo, e no mérito julgo **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, mantendo a decisão de inabilitação da recorrente para os itens 1, 3 e 5 e de habilitação da empresa PLANTEC DISTRIBUIDORA DE PROD. DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. para os itens 1 e 3.

1 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04.002/2022 – SEI Nº 7010.2021/0007109-3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA IP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

Trata-se de RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa CAM TECNOLOGIA EIRELI – ME, contra a r.décisão do Sr. Pregoeiro que a inabilitou no certame para o item 4 (cota reservada) por estar seu preço superior a 10% do valor da empresa classificada para a ampla concorrência e contra a habilitação da empresa (PLANTEC) alegando que esta não atendeu as exigências técnicas do edital. Em suas contrarrazões a empresa PLANTEC informa que todos os produtos ofertados atendem integralmente ao objeto licitado e que a Recorrida declara que estes atendem integralmente ao Edital. É a síntese do necessário. Inicialmente é importante relembrar que a licitação é “o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados”. Para desenvolver tal mister é necessária a observância de diversos princípios, dentre eles o da vinculação ao instrumento convocatório. Tal princípio possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas. Segundo o princípio destacado, uma vez nele estabelecidas as regras do certame, elas devem ser cumpridas, em seus exatos termos. Portanto, é dever desta Administração, quando da elaboração de seus processos licitatórios, alinhar-se ao cumprimento dos princípios norteadores da Administração Pública elucidados no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, e na Lei Federal nº 13.303/16, zelando pelo cumprimento das regras estabelecidas no instrumento convocatório. No que se refere aos motivos que ensejaram a inabilitação da Recorrente, cabe destacar que a legislação municipal que dispõe sobre o Tratamento Diferenciado para Empresa de Pequeno Porte e Microempresa (Decreto Municipal nº 56.475/2015) estabelece que nas licitações destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, cujo valor estimado da contratação total seja superior a R\$ 80.000,00 deverá a Administração reservar cota de 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para participação de microempresas e empresas de pequeno porte. Ainda, o artigo 15 assim dispõe: Art. 15. (...) §2º Considera-se não vantajosa a contratação quando: I - o preço ofertado para a cota reservada, nos casos do artigo 11, inciso I e inciso II, alínea “a”, deste decreto, for mais de 10% (dez por cento) superior ao menor preço apurado para a cota de ampla concorrência; Trata-se de regra estabelecida pelo legislador da qual o gestor público não poderá se afastar. Conforme se verifica na Ata de Realização do Pregão Eletrônico emitida pelo Sistema Comprasnet a empresa recorrente foi habilitada por apresentar os documentos exigido no edital, iniciando, assim, a etapa de negociação do preço: Pregoeiro 16/05/2022 10:32:06 Senhores licitantes o Pregoeiro e a Equipe de Apoio após analisarem os documentos da Empresa CAM TECNOLOGIA concluíram que atendem as exigências do Edital. A seguir iniciaremos a negociação de seu preço. Pregoeiro 16/05/2022 10:51:30 Para CAM TECNOLOGIA EIRELI - Senhor licitante o sistema não permite aceitarmos um valor negociado igual ao valor do último lance, conforme Acórdão TCU 1872/2018, favor conceder um desconto para aceitarmos o seu preço.

14.438.757/0001-7616/05/2022 10:56:53 Preciso esclarecer uma dúvida: Este Acórdão, SMJ, diz respeito a majoração de preço unitário do item já definido na etapa de lances. uma vez que não se trata de majoração, é realmente necessário conceder este desconto? 14.438.757/000176 16/05/2022 10:58:38 <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordaoacomepleto/NUMACORDAO%253A1872%2520ANOACORDAO%253A2018%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522DTRELEVANCIA%2520de%25C2%2520NUMACORDAOINT%2520desc%0%2520> Pregoeiro 16/05/2022 11:04:00 Para CAM TECNOLOGIA EIRELI - Sr. licitante temos conhecimento do teor do Acórdão, porém o Sistema Comprasnet não permite aceitar o mesmo valor do último lance, Assim sem o desconto solicitado não é possível aceitar sua proposta. Essa funcionalidade é do sistema e não possibilita qualquer ação do Pregoeiro. 14.438.757/0001-76 16/05/2022 11:07:26 Entendi. Desta forma, como trata-se de algum “problema” do COMPRASNET, vamos reajustar nossa proposta para o valor de R\$ 592.875,00. De acordo?

Pregoeiro 16/05/2022 11:29:21 Para CAM TECNOLOGIA EIRELI - Senhor licitante de acordo com o item 7.4 do Edital, solicitamos ajustar seu preço para que esteja dentro da faixa de até 10% (dez por cento) acima do preço aceito para ampla concorrência. 14.438.757/0001-76 16/05/2022 11:39:23 Senhor pregoeiro, tendo em vista que o desconto solicitado é bem alto, preciso de um prazo para tentar negociar com a fabricante do equipamento. É possível nos conceder esse tempo? Pregoeiro16/05/2022 11:59:29 Para CAM TECNOLOGIA EIRELI - Sr. Licitante, qual seria o prazo que vocês necessitam para essa negociação. 14.438.757/0001-76 16/05/2022 12:04:12 Preciso até amanhã, já que a fabricante é chinesa e o fuso horário inviabiliza a imediata negociação. É possível?

14.438.757/0001-76 16/05/2022 12:06:50 Outra dúvida que surge é: Caso ocorra a Inabilitação da empresa vencedora do item de Ampla concorrência, em ocasião de manifestação de recurso, o preço poderá ser reajustado? Pergunto isso tendo em vista que a diferença para a outra empresa ser bem significativa.

Pregoeiro 16/05/2022 12:35:36 Para CAM TECNOLOGIA EIRELI - Sr. Licitante, concedemos o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas. Quanto à sua dúvida, o valor aceito em sua negociação com o fabricante será mantido, independente do que ocorrerem eventual recurso. Considerando que a recorrente foi alertada sobre a impossibilidade de aceitar seu preço, conforme estabelece a legislação municipal, não merece prosperar quaisquer argumentos apresentados nesse sentido.

No tocante a alegação de que a empresa recorrida não comprovou a qualificação técnica exigida no edital, pois “ficou constatado que a mesma apresentou somente um atestado de capacidade, onde relata o fornecimento de 2000 unidades de telefone IP da fabricante FANVIL modelo IP09 - OEM, modelo não localizado, no próprio site da fabricante, nem mesmo em sites de busca fazem qualquer menção a este modelo, não sendo possível averiguar se o mesmo está de acordo com o que pede o edital”.

Como é sabido, o entendimento é que qualquer atestado de capacidade técnica, para qualquer produto ou serviço, seja similar ao tipo de objeto e não com as características técnicas exigidas neste Termo de Referência em específico. Assim solicitamos que os licitantes demonstrassem o fornecimento de equipamentos do mesmo tipo, no caso telefone IP, e não consultamos, em nenhum caso deste prego, se o equipamento ainda é comercializado ou se tem documentação vigente na internet, pois o único interesse é verificar se o licitante demonstrou capacidade de fornecimento de um equipamento similar em até 30% da quantidade solicitada para cada item. Ainda, considerando que o julgamento do certame foi por item, não faz sentido exigir que a licitante que concorre para apenas um item comprove o quantitativo de todo o certame. Vale ressaltar a capacidade técnica das empresas foram avaliadas a partir de critérios objetivamente definidos no edital, sendo exigida a comprovação de quantitativo refere ao item para o qual a empresa concorreu.

CONCLUSÃO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela empresa CAM TECNOLOGIA EIRELI – ME por ser tempestivo, e no mérito julgo **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, mantendo a decisão que habilitou a empresa PLANTEC DISTRIBUIDORA DE PROD. DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA LTDA. e que recusou o preço da recorrente para o item 4, por estar superior a 10% do valor da cota de Ampla Concorrência.

1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04.002/2022 – SEI Nº 7010.2021/0007109-3

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA IP, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO.

ACOLHIMENTO DA DECISÃO SOBRE O RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA “CAM TECNOLOGIA EIRELI – ME”, contra a r.décisão do Sr. Pregoeiro que a inabilitou no certame para o item 4 (cota reservada) e contra a habilitação da empresa (PLANTEC) alegando que esta não atendeu as exigências técnicas do edital. Diante das razões de fato e de direito expostas pelo Sr. Pregoeiro, em sua manifestação, a qual acolhemos, conhecemos do recurso administrativo interposto pela empresa CAM TECNOLOGIA EIRELI – ME, vez que tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade e, no mérito, **NEGAMOS-LHE PROVIMENTO**, em razão do pleito da recorrente ser **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, mantendo-se a decisão do Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO ELETRÔNICO ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 046/2022 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES LIQUIDAS – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 20 de junho de 2022, às 13:45 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 20 de junho de 2022, às 14:00 horas. Disponíveis no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e-com.br. Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

PEDRO CHARLES SHIRAKAWA ISHI - Secretário Municipal de Saúde.

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2022 DO DIA 02/06/2022.

TORNAMOS PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças RETIFICOU a publicação de abertura do prego presencial nº 016/2022, nos seguintes termos: onde se lê “ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO: 15 de maio de 2022”, leia-se “ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO: 15 de junho de 2022”.

ITAMAR CORRÊA VIANA - Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.

ALUMNI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 33.842.434/0001-98 - NIRE 35.300.575.571

AVISO AOS ACIONISTAS

APROVAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Em 01 de junho de 2022, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia que deliberou o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 1.25.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), mediante a emissão de 2.745 (duas mil, setecentas e quarenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão unitário de R\$ 442,622950819672 (quatrocentos e quarenta e dois vírgula seis dois dois dois cinco zero zero um nove seis sete dois reais), valor este estabelecido em observância ao critério previsto no artigo 170, parágrafo 1º, da Lei n. 6.404/76, passando o capital social da Companhia de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para R\$ 1.227.500,00 (um milhão, duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais). Com isto, abriu-se o prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas para a subscrição das novas ações da Companhia, na proporção de ações detidas por cada um no atual capital social. O direito de preferência poderá ser exercido em até 30 (trinta) dias contados da data da primeira publicação do presente aviso. Dessa forma, os acionistas terão até o dia 02 de julho de 2022 para o exercício do direito de preferência. Após referida data, haverá a homologação do aumento de capital social em nova Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada especialmente para este fim, data em que deverá ser realizada a integralização do aumento do capital social, à vista em moeda corrente nacional. São Paulo, 03 de junho de 2022. **Álvoro Schocair de Souza Filho** - Diretor Presidente.

Companhia Rios Vertentes

CNPJ/ME: 08.959.101/0001-04 – NIRE: 35300343395 em 21/06/2007

Ata de Reunião dos Acionistas da Assembleia Geral Extraordinária para Redução do Capital Social Aos 02 de Maio de 2022 às 10h00min, na Rua Ezequiel Freire, nº 51, Conjunto 65, Bairro Santana, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 02034-000, sede da Companhia Rios Vertentes, Sociedade Anônima Fechada, com contrato social registrado na JUCESP NIRE 35300343395, e CNPJ. ME 08.959.101/0001-04; Convocação: Dispensada a publicação de convocação prévia, na forma do disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. Presentes: Acionistas representando 100% do capital social com direito a voto da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença dos Acionistas. Mesa: Presidente:Elisa Keiko Takamori, Secretário: Valdir de Almeida. A Presidente, Secretário e Acionistas, compareceram e declararam cientes do local, data, hora e ordem do dia, dispensando as formalidades de convocação. Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente deliberou sobre a redução do valor do capital social de R\$ 9.400.000 (nove milhões e quatrocentos mil reais), para R\$ 2.312.000,00 (dois milhões e trezentos e doze reais); postos à ordem do dia em discussão e votação, o acionista aprovou sem reservas e restrições. Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, fica lavrada a presente ata que foi lida, aprovada, e assinada pela Presidente, Secretário, e acionista, para apresentação e arquivamento na JUCESP. São Paulo-SP. 02 de Maio de 2022. Elisa Keiko Takamori - Presidente, Valdir de Almeida – Secretário, Rodrigo da Cunha Bueno Matara – Acionista, Cidade Jardim Negócios Imobiliários EIRELI – Acionista.

Tarcísio fala em transferir centro administrativo de SP para área da Cracolândia

O ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio de Freitas (Republicanos), lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) como pré-candidato ao governo paulista, defendeu na noite desta quarta-feira, dia 1º, a proposta de transferir o centro administrativo de São Paulo para a região da Cracolândia. Para ele, repotencializar o centro da cidade é uma caminho para “acabar com a Cracolândia”.

“Não tem nada melhor para revitalizar o centro de São Paulo do que levar o Poder para o centro de São Paulo. Um mo-

vimento que algumas unidades da federação já fizeram: concentraram toda a atividade de Poder no mesmo lugar. Imagina se isso fosse feito onde hoje é a Cracolândia? Se o Poder tiver lá as pessoas voltam a circular, a segurança pública é reforçada, a atividade comercial vem, a vida volta, os terrenos se valorizam e a gente volta à normalidade”, disse o ex-ministro.

O discurso foi feito durante um debate promovido pelo Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Laboratórios do Estado de São Paulo (SindHosp).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO
Departamento de Licitações

AVISO DE EDITAL
Processo Licitatório nº 128/2022
Processo Administrativo nº 128/2022
Tomada de Preços nº 008/2022

Acha-se aberta, na Prefeitura da Estância Turística de Pereira Barreto/SP, Processo Licitatório na modalidade de Tomada de Preços nº 008/2022, que tem por objeto a contratação de empresa qualificada para a prestação de serviços com instalação de iluminação pública para extensão de rede primária e secundária para atender 21 (vinte e um) pontos de iluminação na Rua Pará esquina com a Avenida Brasília com a elaboração de Projeto Técnico, na cidade de Pereira Barreto/SP, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais anexos do Edital. Encerramento: dia 22/06/2022, às 14h00min. Para mais informações poderão ser obtidas pelo telefone (18) 3704-8569, pelo e-mail: bruna.neris@pereirabarreto.sp.gov.br ou ainda o Edital completo no site www.pereirabarreto.sp.gov.br. Pereira Barreto/SP, 02 de junho de 2022. João de Altair Domingues Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
PÚBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso:

TOMADA DE PREÇOS 006/2022 (PMP 2688/2022) – reabertura
Para “contratação de empresa especializada para substituição de uma travessia e ajustes na calha do Ribeirão do Araretama, com fornecimento de material e mão de obra”, com recebimento dos envelopes até dia 21/06/2022, às 08h30 e início da sessão às 09h.

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO 100/2022 (PMP 5723/2022)
Para “aquisição de material de expediente, para atender aos diversos setores da Prefeitura”, com recebimento das propostas até dia 21/06/2022, às 08h30 e início dos lances às 09h.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também <https://bnc.org.br> para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

NK 103 Empreendimentos e Participações S.A.
(em organização)

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 01/12/2020
Data, Hora e Local: Ao 1º/12/2020, às 18h, na Alameda Santos, nº 1.233, 4º andar, conj. 42, São Paulo/SP CEP: 01419-904. **Quórum de Instalação:** verificou-se a presença dos Acionistas Fundadores da Sociedade conforme boletins de subscrição, (Anexo II) e lista de presença (Anexo III). **Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Leonardo Luis do Carmo, que convidou a mim, Cristina da Silva de Camargo para secretária-**Ordem do Dia e Deliberações:** Dando início aos trabalhos e seguindo a ordem do dia, a Assembleia deliberou, por unanimidade: (a) constituir a **NK 103 Empreendimentos e Participações S.A.**, sociedade por ações com sede em São Paulo/SP, na Alameda Santos, nº 1.233, 4º andar, conj. 42, CEP: 01419-904; (b) liberar o capital social da Companhia em R\$ 100,00 dividido em 100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 cada ação, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, nesta data, conforme boletins de subscrição anexos. (c) aprovar, sem qualquer ressalva, o Estatuto Social da Companhia, que passa a fazer parte integrante da presente ata (Anexo I); (d) aprovar, nos termos, do § 1º art. 130 da Lei nº 6.404/76, lavrar a ata desta assembleia em forma de sumário; (e) eleger as pessoas abaixo qualificadas para compor a Diretoria com mandato anual que vigorará até a posse dos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária de 2021. **Diretores:** Leonardo Luis do Carmo, para o cargo de diretor. **Cristina da Silva de Camargo**, para o cargo de diretora. Os membros da Diretoria ora eleitos declararam ter ciência do disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, não tendo sido condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 1º/12/2020. **Leonardo Luis do Carmo** - Presidente, **Cristina da Silva de Camargo** - Secretária. Visto do Advogado: Gabriel Silva Loschiavo dos Santos - OAB/SP nº 346.683. JUCESP nº 3530056227-5 em 28/12/2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO
Estado de São Paulo

COMUNICADO – SUSPENSÃO DE PREGÃO
Edital de Pregão Eletrônico Prefeitura Municipal de Vinhedo n° 054/2022
Processo Administrativo n° 3.719/2022
Oferta de compra: 8714008010022020C00088
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS DESTINADOS AO PREPARO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DE IDOSOS DO QUERO VILA, CONFORME EDITAL E ANEXOS.

O Pregoeiro designado para licitação em epígrafe, nomeado através da Portaria nº 629/2022, comunica a todos os participantes e demais interessados que fica **SUSPENSA “SINE DIE”** a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 54/2022, devido a necessidade de readequação do Termo de Referência. Pregoeiro: Alfredo Carlos São José Junior.

Mais de 12 mil licenças de pescadores profissionais são suspensas

Mais de 12 mil licenças de pescadores profissionais inscritos no Registro Geral da Atividade Pesquisa foram suspensas terça-feira (31) por determinação da Secretaria de Aquicultura e Pesca, do Ministério da Agricultura, Pe-

cuária e Abastecimento. As suspensões, publicadas no Diário Oficial da União dessa terça-feira, aconteceram após análise sobre possíveis reinserções de dados no sistema, além de indícios de fraudes e irregularidades.

PUBLICIDADE LEGAL SEGUE PADRÕES

Aplicar os seus ATOS SOCIETÁRIOS, atente-se para os seguintes padrões obrigatórios:

ISSN 2675-6676
R\$ 6,90
ANTONIO LOPES DA COSTA

significativamente superiores de conteúdos de conteúdos educativos - e

Esta no Diário de NOTÍCIAS AUTEN pode ser baixado

International Standard Serial Number
Certificação IBICT
Autentificação por QR CODE

No Diário de Notícias, sua publicação legal seguirá todos os protocolos exigidos pela legislação.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

